



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

GESSELIA BATISTA DIAS FERNANDES

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
QUE APRESENTAM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E
AGRESSIVIDADE: CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Alto Paraíso/ GO

2015

GESSELIA BATISTA DIAS FERNANDES

ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS QUE
APRESENTAM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E
AGRESSIVIDADE: CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Monografia apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade de Brasília e do Instituto de Psicologia. Orientações: Profª Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello e Profª Ulidete Redrigues de Sousa Rodrigues

Alto Paraíso/ GO

2015

FERNANDES, Gesselia Batista Dias.

Alunos com necessidades educacionais especiais que apresentam dificuldade de aprendizagem e agressividade: causas e possíveis soluções/ Gesselia Batista Dias Fernandes – Cavalcante GO. 2015.

Monografia (especialização)- Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu . Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Orientadoras: Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello e Ulidete Rodrigues de Sousa Rodrigues

**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar**

Monografia apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade de Brasília e do Instituto de Psicologia

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS QUE
APRESENTAM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E AGRESSIVIDADE:
CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

GESSELIA BATISTA DIAS FERNANDES

Aprovado por:

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello

ProfªDra. UlisdeteRedrigues de Souza Rodrigues

Gislaine C. Claudio

Alto Paraíso GO/ 2015

Dedico este trabalho aos meus pais João Batista Dias (*in memoriam*) e Cecília Gonçalves dos Santos Dias; aos meus filhos Lussélia Fernandes Dias, Luiz Francisco Junior Fernandes, Lucas Cesar Fernandes Dias e Ana Vitória Fernandes Dias.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me dado força nos momentos mais difíceis desta jornada;
Aos meus filhos por terem compreendido minha distância mesmo estando tão próximo,
pelos momentos de lazer que não ocorreram, devido as intensas horas de estudo nos
 finais de semana;

A meu esposo Luiz Cesar Henrique Fernandes, por muitas vezes ter sido, pai e mãe dos
 nossos filhos, pela minha ausência durante os estudos; e

Ao meu Vovô José Gonçalves dos Santos, pela experiência de vida transmitida e o
 desejo de vencer na vida e ter equilíbrio mental, financeiro e religioso;

A professora/tutora Roberta Assunção, pela dedicação extrema durante todo o curso;

A prof^ª. Geane de Jesus Silva que nos transmitiu conhecimentos preciosos
 sobre Linguagem e tecnologias;

A Prof^ª Gabriela Mieto e o Prof. Francisco José Rengifo- Herrera que nos transmitiu
 conhecimentos preciosos sobre sociedade, educação e cultura;

A Prof^ª. Cristina Massot Madeira Coelho e Prof^ª. Silmara D. Carina Munhoz que nos
 transmitiu conhecimentos preciosos sobre Inclusão Escolar;

Ao Prof. Francisco José Rengifo- Herrera que nos transmitiu conhecimentos preciosos
 sobre Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da
 inclusão;

A Prof^ª. Erenice Natalia S. de Carvalho e a Prof^ª. Raquel Soares de Santana que nos
 transmitiu conhecimentos preciosos sobre os processos de ensino-aprendizagem de
 alunos com necessidades educacionais especiais;

A Prof^ª. Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello e Prof^ª. Ulisdete Redrigues de
 Souza Rodrigues, pela orientação da monografia;

A um agradecimento especial a Prof^ª Diva Albuquerque Maciel, pela organização do
 Curso e por todos os textos que muito tem contribuído para o exercício de minha
 profissão.

Epígrafe: “Ao brincar, a criança assume papéis e aceita as regras próprias da brincadeira, executando, imaginariamente, tarefas para as quais ainda não está apta ou não sente como agradáveis na realidade”.

Lev Vygotsky

RESUMO: Há uma ideia na noção da Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky que sugere que a dificuldade de aprendizagem pode ser superada mediante um diálogo entre o conhecimento do desenvolvimento da criança e um trabalho de intervenção direcionado e pensado para essa criança. Diante disso, esta monografia tem como tema os alunos com necessidades educacionais especiais que apresentam dificuldade de aprendizado e agressividade. Buscou-se as causas e possíveis soluções para este problema, ao mesmo tempo em que pesquisou-se a interligação entre alunos com deficiência, ou que apresentam sinais de Necessidades Educacionais Especiais, que apresentam dificuldade de aprendizagem e agressividade. Nota-se que muitos desses alunos não possuem laudos médicos que atestem sua condição de NEE, o que gera transtornos para direcionar o trabalho do professor e que estes alunos estão apenas integrados e não incluídos.

PALAVRAS- CHAVE: **Aprendizagem. Dificuldade de Aprendizagem. Agressividade. Desenvolvimento Humano.**

ABSTRACT: There is an idea in the notion of Proximal Development Zone Vygotsky suggesting that learning difficulties can be overcome through dialogue between knowledge of child development and a targeted intervention work and thought to this child. Therefore, this monograph is themed students with special educational needs who have difficulty learning and aggressiveness. We sought the causes and possible solutions to this problem at the same time research the interconnection between students with disabilities, or who show signs of Special Educational Needs, which have difficulty in learning and aggressiveness. Note that many of these students have no medical reports attesting their status as SEN, which creates inconvenience to direct the teacher's work and that these students are only integrated and not included.

KEY WORDS: Learning. Learning Disabilities. Aggressiveness. Human development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	x
CAPITULO I	xii
Refletindo sobre a Educação Inclusiva no Brasil e seus Marcos	xii
CAPITULO II	xvi
1.1 Perpassando pelas dificuldades de aprendizagem, e aprendizagem do aluno portador de deficiência	xvi
1.2 Desenvolvimento humano e dificuldade de aprendizagem	xxiv
2. Agressividade	xxx
CAPITULO III	xxxiii
Metodologia de pesquisa	xxxiii
Resultado e Discussões da Pesquisa de Campo	xxxiii
CONSIDERAÇÕES FINAIS	xxxix
REFERENCIAS	xli
APÊNDICES	xliv
ANEXO	l

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema “Alunos com Necessidades Educacionais Especiais que Apresentam Dificuldade de Aprendizagem e Agressividade: Causas e Possíveis Soluções”. Tem como objetivo geral compreender as causas que leva a dificuldade de aprendizagem e agressividade dos alunos com necessidades educacionais Especiais e também aqueles que apresentam sinais de necessidades especiais de uma escola municipal pública da cidade de Cavalcante GO. Essa situação tem desafiado pais, professores e gestores, levando estes sujeitos a um quadro desesperador e, ao mesmo tempo desafiador nas escolas. São muitas as queixas e nenhuma solução visível, ainda que paliativa.

A escolha pelo tema se deveu ao fato da pesquisadora trabalhar, há algum tempo, como coordenadora pedagógica das Escolas Rurais de Cavalcante GO e também como coordenadora do Programa Saúde na Escola- Educação. Como parte relevante da atuação profissional, enfrentamos a dificuldade de aprendizagem e agressividade dos alunos cotidianamente. Há, entre eles, alguns que apresentam sinais de Necessidades Especiais, mas esse traço não se sustenta como regra geral, o que significa dizer que há alguns desses alunos agressivos que não tem uma agressividade que se explique por condições físico-mentais, mas por causas desconhecidas.

Considerando o cenário escuro e (muitas vezes) desesperador, a busca por novos conhecimentos para entender e, quem sabe, amenizar esse desafio justificam o foco de pesquisa neste trabalho. Nesse caminho, passaremos pela necessidade de compreender quais fatores estão levando à dificuldade de aprendizagem e a agressividade dos alunos, sejam eles especiais, ou que somente apresentem sinais de Necessidade Especiais.

Partimos do seguinte questionamento: O que tem levado a dificuldade de aprendizagem e a agressividade dos alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais e dos alunos que apresentam sinais de necessidades especiais?

Organizamos este trabalho em 3 (três) capítulos, o primeiro faz uma reflexão sobre a Educação Inclusiva no Brasil, começamos falando da Declaração de Salamanca. Através das colocações de Mendes (2006) refletimos sobre inclusão e integração escolar, e sobre os caminhos percorridos por esta educação desde 1970 até a Declaração de Salamanca.

O capítulo II traz o referencial teórico onde debatemos com diversos autores sobre as dificuldades de aprendizagem, e aprendizagem do aluno portador de

deficiência, na obra *Dificuldades de Aprendizagem: reflexões a partir da teoria histórico-cultural* (2010) das autoras Cenci & Costas, que abordam estudiosos como Reinoldo Marquezan (2000), Oliveira (1997) e Newton Duarte (2000) debatem sobre dificuldade de aprendizagem, e aprendizagem e esse último da importância da interação na aquisição da aprendizagem. Estas mesmas autoras mostram o que Vygotsky defende sobre aprendizado. Em Oliveira (1995) vimos a conceituação que Vygotsky faz da aprendizagem da criança. A autora Maciel (2013) e Domingos (2007) falam da dificuldade de aprendizagem. Coelho (2011) fala das dislexias que levam a dificuldade de aprendizagem. Para compreender melhor este assunto também citamos uma entrevista feita pelo Programa “Medicina e Saúde” com a Neuropediatra Clivati (2011), Psicopedagoga Castro (2011) e com Pedagoga Salvalti (2011).

Para compreendermos o desenvolvimento humano e dificuldade de aprendizagem recorreremos a obra “A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores” de Vygotsky (1991). Os autores Kelman (2010), Terra (2002) e Saravali & Guimarães (2007) mostram a visão de Piaget sobre essa temática. Essas autoras focaram na teoria da afetividade e como ela pode se relacionar com o desenvolvimento humano e a aprendizagem da criança, cuja construção do conhecimento/aprendizado gera uma interação do sujeito com seu meio, a partir de estruturas (estágios) previamente existentes no sujeito.

No subtema “Agressividade” pesquisamos a autora Gibin (2012), que faz uma relação entre os estudos de Vygotsky sobre as condições sócio-culturais onde a criança vive e a agressividade, mostrando que o comportamento agressivo pode estar associado ao ambiente agressivo que a criança está vivenciando. A autora Arlindo (2006) completa este assunto, e cita Locatelli (2002) que apresenta algumas causas da agressividade das crianças.

O capítulo III traz a metodologia de pesquisa, resultado e discussões da pesquisa de campo. Por último apresentamos as considerações finais, referências bibliográficas, apêndices e anexos.

Capítulo I

Refletindo sobre a Educação Inclusiva no Brasil e seus Marcos

A inclusão escolar é algo recente em nosso país, ela veio a partir da Declaração de Salamanca de 1997, que celebrou compromissos internacionais que garantiu os direitos às pessoas portadoras de necessidade especiais, como o de estudar em escolas regulares e impôs que as unidades de ensino devem combater as atitudes discriminatórias e criar comunidades abertas e solidárias, de modo que acolham a todos de modo que todos tenham acesso a educação.

A declaração de Salamanca trouxe a revolução para educação inclusiva, ao defender que as escolas precisam se ajustar a todas as crianças, independente de suas condições físicas, sociais e linguísticas. Desse modo, uma escola inclusiva é aquela que inclui deficientes, superdotados, crianças da rua ou que trabalham crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Em uma escola inclusiva todos os educandos precisam ser acolhidos e precisam aprender e participar de todas as atividades sugeridas em sala de aula. O aluno precisa pertencer à escola, sentindo-se parte do todo, não estando ali por estar.

Para a inclusão ocorrer é preciso que o contexto escolar seja inclusivo, para isso, as UEs (Unidade de Ensino) precisam ter rampas, portas largas, sala de recursos entre outros, todos os profissionais precisam estar sensíveis à causa, ações isoladas não promovem a inclusão. A heterogeneidade deve ser respeitada. Dentro das salas de aula os alunos precisam ser agrupados para que interajam uns com os outros, o ensino deve levar a reflexão.

De acordo com Mendes (2006 p. 5) a normatização para integração das pessoas com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) nas escolas públicas ocorreu pelas constatações de que os deficientes também tinham o direito de “experienciar um estilo ou padrão de vida comum ou normal em sua cultura, e que a todos deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes”. Então em 1970 ocorreu grande movimento de

desinstitucionalização, com a retirada das pessoas com deficiências das grandes instituições para reinseri-las na comunidade.

De acordo com a mesma autora, a legislação *mainstreaming* estabelecia critérios para a entrada destas pessoas nas escolas regulares, por isso recebeu muitas críticas. Nesta época houve o estabelecimento dos diferentes níveis ou graus de integração. Para Mendes (2006) os EUA influenciaram no processo de integração das pessoas NEE no Brasil.

Segundo Mendes (2006 p.12) “nos últimos trinta anos, tem-se assistido a um grande debate acerca das vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar, e, mais recentemente, da inclusão escolar”. Para ela a educação inclusiva no Brasil não se limita à falta de acesso, “Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos” (p.13). E também que “no campo educacional, as perspectivas para a mudança estão postas na lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas, e por isso nem chegam às escolas, e menos ainda às salas de aula” (p.17).

De acordo com Mendes (2006 p. 10) no ano de 1990 ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para todos, na cidade de Jomtien, Tailândia, evento organizado pelas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A autora afirma que educadores representantes dos diversos países participaram e saíram de lá com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Segundo esta mesma autora, em 1994 foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pelo governo da Espanha e juntamente com a UNESCO, deste evento originaram as ideias da Declaração de Salamanca realizada três anos depois em 1997, “a Declaração de Salamanca (Brasil, 1997), tida como o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil” (p. 11).

Segundo Kelman (2010 p. 34), baseada Delmas-Marty (1999, p. 106) em a inclusão escolar teve origem em meados do século XX:

A inclusão que hoje se discute tem origem, em meados do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Essa declaração foi um processo resultante do esforço da sociedade para conquistar igualdade de direitos e dignidade a todos. O ideal que ela estabelece é um direito pluralista e universal, “ordenado precisamente ao redor dos direitos fundamentais de toda pessoa humana”

Kelman (2010 p. 39) assim como Mendes (2006) informa que “em 1994, mais de oitenta países foram signatários da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, a qual se convencionou chamar de Declaração de Salamanca”. Kelman (2010) segue mostrando que a convenção de Guatemala ocorrida em 1999, trouxe novos avanços para Educação Inclusiva, completado pela Carta para Terceiro Milênio:

Cada vez mais se fala em inclusão, com proposta de que os governos devem assegurar implementação de políticas, programas e práticas para que ela ocorra, inclusive adotando princípios do desenho inclusivo, para que sejam incorporados nos currículos de todos os programas educacionais. (p. 39)

Esta mesma autora destaca que o marco legal da inclusão:

Garante que todos têm o direito de participar como membro ativo da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais. Educação inclusiva se refere não apenas às deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e às altas habilidades. Refere-se a todo grupo minoritário que, de uma forma ou de outra necessita de medidas educacionais diferenciadas quanto a processos de avaliação, de desenvolvimento curricular, de comunicação, dentre outros. (p. 39)

Observando essa colocação, refletimos que mesmo existindo leis e políticas públicas, a inclusão escolar ainda não é uma realidade, alunos ainda ficam abandonados dentro da sala de aula, sem receber atenção professores, sem interagir com os colegas. Docentes ainda apontam para aquele aluno “que não desenvolve” como um exemplo de fracasso escolar, isso na sua presença. Muito precisa ser feito para que o direito de todos seja respeitado.

Kelman (2010 p. 39) mostra que o termo Necessidades Educacionais Especiais, veio como sendo, “uma manifestação contra a marginalização social praticada em diversos países por diferentes causas: religiosas, minorias étnicas, questões de gênero. Principais contextos de desenvolvimento: família, escola, trabalho e lazer. No

Brasil por exemplo, a pessoa com Síndrome de Down recebia o nome de “mongolóide”, o portador de surdez e mudo era o “tolo, bobo etc.”.

A educação inclusiva no Brasil tem evoluído, porém ainda precisa ser consolidada, mas para isso necessita de investimento em Educação Continuada e Específica para os docentes. Como argumenta MENDES (2006) “ainda estamos na luta pelo acesso, e este deve ser direcionado necessariamente para aumentar as matrículas nas classes comuns das escolas públicas do ensino regular”(p.18).

Capítulo II

Referencial Teórico

1. Perpassando pelas dificuldades de aprendizagem, e aprendizagem do aluno portador de deficiência

De acordo com a Marta R. Clivati (2011) médica Neuropediatra CRM 13396 em entrevista dada ao programa “Medicina e Saúde” o termo dificuldade de aprendizagem foi usado pela primeira vez na década de 60, e serve para descrever os distúrbios cognitivos ou emocionais que levam as crianças a terem dificuldade de aprender leitura, escrita e matemática.

Marquezan (2000 p. 7 apud Cenci & Costas 2010 p. 258) conceitua dificuldade de aprendizagem como sendo a “alteração no sistema de trocas entre o organismo e o meio”. Segundo ele, essa alteração pode ocorrer “em função de comprometimento do organismo, em função do meio ou pela combinação de ambos”. Este mesmo autor também conceitua aprendizagem como “um processo, contínuo e permanente, de construção do conhecimento. Ela se efetiva na interação social. Requer o uso de mediadores. Sua matéria-prima é a produção social histórica” (p.6 apud Cenci & Costas 2010 p. 259). Segundo Cenci & Costas (2010) na abordagem de Marquezan há um embasamento nos estudos e postulações de Vygotsky.

De acordo com Oliveira (1997) citada por Cenci e Costas (2010 p. 259) Vygotsky também apresenta a idéia de processo quando se refere a aprendizagem. “O termo utilizado é *obuchenie* que em russo, significa “processo de ensino-aprendizagem” e, na semântica da palavra estão incluídos as noções referente àquele que aprende, àquele que ensina e a relação entre as pessoas”.

A resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, art. 5º conceitua educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais – doravante NEE -aqueles que apresentam dificuldade de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, o quê dificulta o acompanhamento das atividades curriculares.

De acordo com Fernandes & Viana (2009 p. 308-309) baseadas em Magalhães (2003) os alunos com Necessidades Educacionais Especiais e que podem ser atendidos nas salas de recurso são:

Alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos e surdos-cegos), deficiência física não-sensorial (paralisia cerebral, por exemplo), deficiência mental, deficiências múltiplas. Somam-se a este grupo os alunos com altas habilidades (superdotação) que necessitam de currículo diferenciado por sua superior capacidade de aprendizagem. Cumpre mencionar que as pessoas com transtornos invasivos do desenvolvimento (autismo) e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) também integram esse conjunto de aprendizes que necessitam de uma assistência educacional diferenciada.

Por outro lado, Vygotsky (apud Oliveira 1995 p. 57) conceitua a aprendizagem como sendo “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc, a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas”.

Segundo Clivati (2011) quando a dificuldade de aprendizagem ocorre por causas neurológicas existe um bloqueio no funcionamento da criança que independe da sua vontade, do empenho do professor e pais e também de fatores emocionais e externos. Ainda de acordo a neuropediatra, para que a criança aprenda tem que ter a integridade cerebral, ou seja, ela precisa que ele – o cérebro - esteja em pleno funcionamento, as informações precisam chegar até ele, para isso precisa ouvir, sentir e ver. Isso quer dizer que o cérebro precisa receber a informação e depois compreendê-la. Ela explica que dentro do cérebro o mecanismo da aprendizagem ocorre do lado esquerdo, as informações entram pelas vias visual e auditiva e na região dos três lobos cerebrais - é feita a junção e decodificação das informações linguísticas. Para solucionar alguns dos problemas que levam a dificuldade de aprendizagem é necessário atendimento e acompanhamento por especialistas e em certos casos o tratamento medicamentoso.

Clivati (2011) cita como exemplo de causa neurológica a criança com dislexias, onde existe a disfunção das partes relacionadas com a decodificação dos sons com os símbolos. Neste ponto a Psicopedagoga Shirley Castro (2011) entrevistada pelo programa “Medicina e Saúde” afirma que as dislexias são: disortografia; Discalculia e Dislexia. Eles são mais comuns que imaginamos e estão alojados no cérebro e infelizmente não são levados a sério, e ainda que professores e pais encaram como sendo preguiça e desatenção. Para Castro (2011) a criança dislexa não possui o básico

que é saber escrever e ler bem. Elas são rotuladas e criticadas tanto pela escola quanto pelos pais, são constantemente comparadas com outras crianças, e isso leva o sofrimento da criança.

Coelho (2011p. 3) também aborda a dificuldade de aprendizagem, e mostra que dentro dela estão “todos os problemas de aprendizagem quer sejam intrínsecos ao indivíduo ou relacionados com fatores externos, por exemplo, uma metodologia de ensino desadequada”. Neste trabalho esta autora aborda a Dislexia, a Disgrafia, a Disortografia e a Discalculia por ter “definições exclusivas, causas próprias e características muito particulares” (p.3).

De acordo com Coelho (2011 p. 3) baseada na conceituação Associação Internacional de Dislexia, (2003, cit. por Teles, 2009) a Dislexia:

É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam tipicamente de um déficit na componente fonológica da linguagem que é frequentemente imprevisível em relação a outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que podem impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais.

Coelho destaca também que na visão de Fonseca (1999, cit. por Moura, 2011) a dislexia é “uma ‘dificuldade duradoura’ que surge em ‘crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente’.” Esta mesma autora afirma que a dislexia possui origem neurobiológica, e afeta a aprendizagem e a “utilização instrumental da leitura, resultando de problemas ao nível da consciência fonológica, independentemente do quociente de inteligência (QI) dos indivíduos (p. 3). Desse modo a criança não consegue compreender que o som possui uma representação notacional, ou seja, cada letra possui um som e deles surgem todas as palavras, para isso é necessário a manipulação destas letras/sons. Segundo Coelho (2011) não existe um consenso sobre as causas da dislexia, pode ser genético/hereditário, mutação de cromossomos, neurobiológica.

Coelho (2011 p. 5) destaca que nos testes de inteligência a criança disléxica:

Apresenta desempenhos superiores nas funções não verbais, comparativamente às funções verbais (valores mais baixos nas subescalas de memória de dígitos, aritmética e códigos), isto é, um QI não verbal/de realização superior ao QI verbal. Demonstra, ainda, insegurança e baixa autoestima, culpabilizando-se e sentindo-se,

muitas vezes, triste. Muitas destas crianças recusam-se a realizar atividades ligadas à leitura (e, por vezes, à escrita também) com medo de revelarem os erros que cometem.

A Disgrafia na visão de Coelho (2011) ocorre quando a criança “apresenta uma escrita desviante em relação à norma/padrão, isto é, uma “caligrafia deficiente, com letras pouco diferenciadas, mal elaboradas e mal proporcionadas a chamada letra feia.” (A.P.P.D.A.E., 2011b). Esta autora afirma que são muitos os estudos que apontam as possíveis causas da disgrafia entre eles estão os estudiosos Torres & Fernández (2001), que as agrupam em três tipos: maturativas, carateriais e pedagógicas

As primeiras estão relacionadas com perturbações de lateralidade e de eficiência psicomotora (motricidade, equilíbrio). Estas crianças são desajeitadas do ponto de vista motor (geralmente possuem idade motora inferior à idade cronológica) e apresentam uma escrita irregular ao nível da pressão, velocidade e traçado, bem como perturbações de organização perceptivo-motora, estruturação/orientação espacial e interiorização do esquema corporal. As causas carateriais, por seu lado, estão associadas a fatores de personalidade, que podem, conseqüentemente, determinar o aspeto do grafismo (estável/instável, lento/rápido), e também a fatores psicoafetivos, pois o sujeito reflete na escrita o seu estado e tensão emocionais. As últimas – causas pedagógicas – poderão estar relacionadas, por exemplo, com uma instrução/ensino rígido e inflexível, com uma mudança inadequada de letra de imprensa para letra manuscrita e/ou uma ênfase excessiva na qualidade ou rapidez da escrita. (COELHO 2011, P. 8)

Já o autor Cinel (2003) de acordo com Coelho (2011 p. 8) afirma existir cinco causas para a disgrafia, sendo:

-Distúrbios na motricidade ampla e fina, relacionados com a falta de coordenação entre o que a criança se propõe fazer (intenção) e o que realiza (perturbações no domínio do corpo); -Distúrbios na coordenação visomotora, associada à dificuldade no acompanhamento (visual) do movimento dos membros superiores e/ou inferiores; - Deficiência na organização temporoespacial (direita/esquerda, frente/atrás/lado e antes/depois); -Problemas na lateralidade e direccionalidade (dominância manual); -Erros pedagógicos, relacionados com falhas no processo de ensino, estratégias inadequadamente escolhidas pelos docentes ou mesmo desconhecimento deste problema.

Segundo Coelho (2011 p. 8-9) algumas das características do aluno com disgrafia são:

Letra excessivamente grande (macrografia) ou pequena (micrografia);
-forma das letras irreconhecível (por vezes distorcem, inclinam ou

simplificam tanto as letras que a escrita é praticamente indecifrável); - traçado exagerado e grosso (que vinca o papel) ou demasiado suave e impercetível; -grafismo trémulo ou com uma marcada irregularidade, originando variações no tamanhos dos grafemas; -escrita demasiado rápida ou lenta; -espaçamento irregular das letras ou das palavras, que podem aparecer desligadas, sobrepostas ou ilegíveis ou, pelo contrário, demasiado juntas; -erros e borrões que quase não deixam possibilidade para a leitura da escrita (embora as crianças sejam capazes de ler o que escrevem); -desorganização geral na folha/texto; - utilização incorreta do instrumento com que escrevem (Ajuriaguerra et al., 1973 e Casas, 1988, cits. por Cruz, 2009; Torres & Fernández, 2001).

De acordo com Coelho (2011 p. 10) a Disortografia é descrita por Pereira, (2009, p. 9) como sendo a:

Perturbação que afeta as aptidões da escrita e que se traduz por dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em compor textos escritos. As dificuldades centram-se na organização, estruturação e composição de textos escritos; a construção frásica é pobre e geralmente curta, observa-se a presença de múltiplos erros ortográficos e [por vezes] má qualidade gráfica.

Portanto na disortografia o aluno apresenta dificuldade em produzir textos, o aluno não assimila as regras ortográficas e textualização. Segundo Coelho (2011 p.10) Citoler (1996, cit. por Cruz, 2009) aponta como algumas das causas da disortografia:

Problemas na automatização dos procedimentos da escrita, que se traduzem na produção deficiente de textos; -Estratégias de ensino imaturas ou ineficazes, com a conseqüente ignorância das regras de composição escrita; -Desconhecimento ou dificuldade em recordar os processos e subprocessos implicados na escrita (carência nas capacidades metacognitivas de regulação e controlo desta atividade). Para Torres & Fernández (2001), por outro lado, as causas da disortografia estão relacionadas com aspetos perceptivos, intelectuais, linguísticos, afetivo-emocionais e pedagógicos.

Na visão de Coelho (2011) um aluno com disortografia apresenta “falta de vontade para escrever e os seus textos são reduzidos, com uma organização pobre e pontuação inadequada” (p. 11). Por último esta autora aborda então a Discalculia, para ela essa disfunção está relacionada a área da matemática:

Os alunos revelam problemas na aprendizagem desta disciplina. Muitos deles não compreendem os enunciados dos problemas, outros demoram muito tempo a perceber se precisam de somar/dividir/multiplicar e alguns não conseguem concluir uma operação aparentemente simples. É importante referir, no entanto, que

estas dificuldades podem não estar associadas a fatores como a preguiça/desmotivação/desinteresse (como alguns pais/professores julgam), mas relacionadas com a discalculia. (COELHO 2011 P. 13)

A Pedagoga Marilene Salvalti (2011) também entrevistada pelo Programa destaca que a dificuldade de aprendizagem pode se dá por questões de distúrbios inerentes ao cérebro, como também por questões emocionais, tais como baixa estima, falta de estímulo por parte da família e do professor. Clivati (2011) completa dizendo que essa dificuldade vem acompanhada de desmotivação e incômodo diante do sentimento de incapacidade que leva a frustração.

Clivatti (2011) argumenta que os distúrbios de aprendizagem são problemas que se relacionam ao funcionamento cerebral, ou seja, são intrínsecos ao cérebro, a criança já nasce com ela, o que ocasiona a dificuldade da aquisição do sistema escrito alfabético e da matemática. A neuropediatra afirma ainda que a aprendizagem não se limita à inteligência e à competência, pois a aprendizagem faz parte do desenvolvimento, por esta razão o aluno com dificuldade de aprendizagem, não é “desprovido” de inteligência. Há outros tipos de conhecimentos que são parte conhecimento desse sujeito. A autora dá destaque a questões relativas à adequação da criança, pois segundo ela, para que uma criança aprenda é necessário que ela tenha oportunidade adequada, uma escola adequada, um ambiente adequado e metodologia pedagógica adequada.

De acordo com Vygotsky (1991 apud CENCI & COSTAS, 2010) a criança inicia o aprendizado antes de frequentar a escola. Por isso “Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta tem sempre uma história prévia”.

Maciel (2013 p. 9) destaca que as crianças e jovens que apresentam dificuldades de aprendizagem quando chegam à escola, já possuem “toda uma experiência de vida e da língua, tanto oral quanto escrita, que deve ser considerada como fundamental para que eles possam ser motivados a continuar a aprender”.

Newton Duarte (2000) destaca a importância da interação na aquisição da aprendizagem:

É na interação social, por meio da mediação, que as aprendizagens se efetivam. [...] interação é a principal força impulsionadora de todo o desenvolvimento. A transmissão pelo adulto à criança, da cultura construída na história social humana, não é concebida na psicologia vigotskiana apenas como um dos fatores do desenvolvimento, ela é considerada o fator determinante, principal (DUARTE, 2000, p.83 apud CENCI & COSTAS (2010 p. 262).

Desse modo a escola possui um papel importante na sistematização do conhecimento para a criança. Quando ela compreende sua função, buscará a melhor forma de ajudar o aluno a adquirir conhecimentos, buscando alternativas para isso.

Ao possibilitar aos alunos o acesso às abstrações científicas, artísticas e filosóficas, a escola permite que esses alunos dominem referências indispensáveis para a análise crítica do mundo no qual vive e da concepção de mundo que serve de mediadora em suas relações com esse mundo (DUARTE, 2000 p.617 apud CENCI & COSTAS (2010 p. 262).

Analisando as colocações citadas acima acerca da dificuldade de aprendizagem, percebemos que Marquezan destaca a importância da mediação do adulto para que a criança aprenda, pois a aquisição da aprendizagem se efetiva na interação social. Vygostky apresenta uma idéia ampla do que é aprendizagem, que vai da aquisição de informações, habilidades, atitudes, valores entre outros e que ela as adquire na relação com a realidade, o meio ambiente e a convivência com outras pessoas. Por isso é importante que as pessoas com deficiência estejam inseridas em ambientes sociais como escolas por exemplo.

Domingos (2007 p. 15) destaca a dificuldade de aprendizagem vinda de aspectos sociais, culturais e emocionais, para a autora um exemplo envolve a troca de escola:

Escola: A crianças e transferida de uma escola menos exigente para outra mais exigente; Didática deficiente ou inadequada que não permite a criança constituir o seu conhecimento; Falta de estimulação- (salário, formação insuficiente, falta de reciclagem).

Neste ponto concordo com autora, constantemente nos deparamos com esta situação, crianças passam por várias escolas no decorrer de um ano letivo, ou ainda dentro de uma mesma escola, passa por diversos professores em um único período letivo. Em encontros de professores vivenciamos inúmeras reclamações de docentes, em relação ao salário, por isso não buscam qualificação e reciclagem profissional. Não se esforçam, quando se fala em modificar a didática utilizada, chama o defensor de sonhador. No curso do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa do Município de Cavalcante GO, inúmeras às vezes têm ocorrido discussões em relação à utilização de métodos sócio-construtivistas, pois nesta cidade infelizmente ainda prevalece o tradicionalismo, crianças enfileiradas, pouco interação entre os alunos. Professor que

não reconhece o aluno, como um ser único que possui suas especificidades. Professores sem qualificação para lidar com alunos que possuem dificuldade de aprendizagem.

Outro exemplo dado por Domingos (2007 p. 15) é a dificuldade de aprendizagem vinda da deficiência da estrutura familiar:

A família desorganizada: excesso de atividade extra-escolares como, informática, desportos, excesso de televisão, vídeo game, ausências de rotinas de estudo. Crianças muito dependentes ou com problemas emocionais (pais alcoólatras, exigentes) não conseguem apresentar assimilar os novos conteúdos.

A colocação de Domingos (2007) também vai ao encontro das diversas situações que enfrentamos no dia-a-dia escolar, muitas dos nossos alunos que apresentam dificuldade de aprendizado não convivem com pai, mãe e irmão, muitos são cuidados por avôs, não possui rotina, nem quem cuide de sua vida escolar, quando o professor envia atividades para casa, volta sem fazer. Quando os responsáveis são chamados na escola, ninguém aparece. O alcoolismo é outra realidade na vida de alunos com DA da região de Cavalcante GO, estes além de não contribuir com o aprendizado do filho, ainda são agressivos com professores dos filhos.

Domingos (2007) também mostra que alunos apresentam dificuldades de aprendizagens provocadas por fatores culturais, como é colocado por Jhoson (1987)“Crianças que mudam de país e precisam se adaptar a outra língua e cultura” (p. 15). No caso de Cavalcante é um caso comum a vinda de alunos da Área Rural para Urbana, chegam aqui passam por discriminação racial e preconceito linguístico.

De acordo com esta mesma autora Medicamentos também podem levar a dificuldade de aprendizagem:

O uso de medicamentos cujos efeitos colaterais interferem na aprendizagem; Medicamentos antiepilepticos, antiasmáticos, antialérgicos causam sonolência, irritabilidade ou hiperatividade, causando falta de atenção nas crianças; Drogas como a cocaína e o álcool também interferem na aprendizagem, principalmente nos adolescentes. (p15-16).

As duas primeiras proposições deste exemplo, são também nossa realidade, possuímos crianças que fazem uso de medicamentos controlados e por esta razão tem o aprendizado prejudicado, já tivemos caso, de transferir aluno de um período para outro, pois no matutino ficava a manhã inteira sonolento, devido a medicação.

A médica Neuropediatra Clivati foca nos aspectos físicos que envolvem a aquisição dos saberes, aqueles que envolvem especificamente as funções cerebrais, estes precisam de atendimento e acompanhamento especializado e até medicamentosos. Ela também destaca que a criança pode ter dificuldade de aprendizagem, mais é inteligente e desenvolve competências. A Psicopedagoga Shirley Castro chama atenção para comportamento de professores e pais em relação aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, muitas vezes são encarados como por preguiça e desatenção, enquanto isso essa criança sofre por não ter suas necessidades educacionais atendidas. A Pedagoga Marilene Salvalti mostra que a dificuldade de aprendizagem pode ter como causa problemas emocionais e que também não são atendidas pela escola e pela família e causa o sofrimento da criança. Coelho (2011) apresenta as disfunções: Dislexia, a Disgrafia, a Disortografia e a Discalculia que levam a dificuldade de aprendizagem, que são desconhecidas por pais e professores, que muitas vezes culpam apenas o aluno pelo fato de não aprenderem. Maciel confirma a ideia de Vygotsky: por mais que o sujeito tenha dificuldade de aprendizagem, ele carrega muitos saberes com ele, e o docente precisa descobri-lo e a partir deles alcançar novos objetivos com o aluno que apresenta dificuldade em aprender.

1.2 Desenvolvimento humano e dificuldade de aprendizagem

1.2.1 Vygotsky: Desenvolvimento humano e dificuldade de aprendizagem

Vygotsky (1991) criou uma Psicologia explicando a diferença entre homem e os demais animais da natureza. Para ele o homem desenvolve-se a partir de funções elementares ou então biológicas, estas últimas são funções como andar e comer. Ele também mostra que o homem possui funções psicológicas superiores aos demais animais, isso porque possuem memória, percepção, pensamento e linguagem. Para ele o ser humano passou do estado natural ao estado da cultura. E isso se deu através do processo de socialização, ou seja, a partir da convivência.

Portanto este estudioso entende que o desenvolvimento psicológico é social, e que a cultura é um processo construído ano após ano, e trás a evolução histórica, onde as relações sociais são produzidas. Estas por sua vez segundo Vygotsky apresentam mudanças de uma época para outra, porém a linguagem é o fator primordial, pois é ela que atribui as significações a tudo, como objetos, o mundo, o lidar com a terra, uns com os outros e também o retorno das transformações que fazemos na natureza. Desse modo

para este autor, as funções psicológicas superiores ocorrem junto com as práticas sociais, indo da coletividade ao individual através da internalização:

“ (a) na reconstrução e ocorrência interna de uma operação que inicialmente representa uma atividade externa, (b) na transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal e (c) esta transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento” (Vygotsky, 1991, p. 64).

Nesta perspectiva de Vygotsky as funções humanas não são biológicas e sim de natureza cultural, ou seja, o ser humano se desenvolve no ambiente social, tal ambiente é construído historicamente. Assim para que ocorra o desenvolvimento é necessário que o ser humano interaja com o meio em que vive.

Segundo Vygotsky nessa interação utilizamos de instrumentos físicos e abstratos (simbólicos), sendo que o primeiro são todos os objetos ao nosso alcance, como computador, caderno etc. Já os abstratos são os valores humanos, as crenças, os costumes entre outros. Quando convivemos e nos deparamos com eles desenvolvemo-nos. Desse modo a relação entre indivíduo e mundo é mediada por estes símbolos, como por exemplo, a linguagem que utilizamos para compreender o mundo, a vida, como as coisas ocorrem. Quando a criança aprende a falar, a escrever e a ler, ela adquire capacidades de apreensão do mundo externo, por outro lado quando a pessoa não sabe ler, não consegue se orientar adequadamente, coordenar suas ações devidamente. Portanto quando a pessoa desenvolve estas habilidades, aprende melhor a realidade que o cerca.

De acordo com Vygotsky a pessoa passa da função elementar (ações conduzidas por outras pessoas) para o pensamento superior (a pessoa já se auto-conduz, apresenta intenções). E a escola possui muita destas obrigações, na prática quando ainda na creche os funcionários higienizam a criança, no Pré-Escolar a própria criança aprende a se higienizar sozinha, como escovar o dente. Neste processo a criança passou na função elementar para o pensamento superior.

Este estudioso também defende que o ser humano evolui do biológico para o histórico. E que a relação do indivíduo com o meio pode ser mediado por outra pessoa ou por um objeto. Um exemplo que podemos citar é a relação de uma criança com uma tomada, quando a mãe vê a criança perto, logo alerta do perigo (mediação por outra

pessoa), quando a criança por curiosidade coloca o dedo e leva o choque (mediação por objeto).

Para Vygotsky (1991) desenvolvimento e a aprendizagem se desenvolvem na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), local onde a criança é influenciada pelo adulto e aprende com ele. Esta ZDP pode ser real (estrutura cognitiva que a criança possui, mas ainda precisa evoluir) e potencial (avanços que pode atingir). Este estudioso coloca o professor como o mediador entre criança e a aprendizagem. Para ele o docente precisa desenvolver a ZDP, e que ele só conseguirá ensinar o aluno, quando ele consegue estabelecer esta zona, enquanto não consegue, não interage com o educando.

Desta posição de Vygotsky é possível pensar que podemos que a dificuldade de aprendizagem apresentada por alunos com Necessidades Educacionais Especiais poderiam ser amenizadas tendo como base questões ligadas ao conhecimento da ZDP. No momento em que o professor conseguir interagir com o aluno, ele perceberá suas necessidades e buscará caminhos que o ajudará a avançar em sua prática com esse aluno. Importante reconhecer que existem especificidades de cada um e que estas devem ser encaradas individualmente. Em outras palavras, mediados todos os alunos podem avançar, e isso dentro de suas limitações. Como é colocado por Tunes (et.al, 2006 p. 109) Vygotsky (1997) afirma que “a aprendizagem humana é um fenômeno cultural, historicamente condicionado pelas condições concretas de vida e, por isso mesmo, com enorme amplitude de variação em suas formas de manifestação”.

1.2.2 Construtivismo: Desenvolvimento humano e dificuldade de aprendizagem

De acordo com Kelson (2010) Piaget defendia que para compreendermos o indivíduo precisamos analisar o espaço social onde vive este indivíduo, as diferenças culturais e sociais de sua (com)vivência. Assim uma criança que vive em um ambiente violento, a violência se torna natural na sua visão. Para Piaget o desenvolvimento intelectual acontece com a contribuição da sociedade e do próprio indivíduo que ao nascer já possui a pré-disposição de pensar e aprender.

Segundo Kelson (2010) na visão de Piaget a inteligência é adquirida pela linguagem, e criança passa por estágios de característica de socialização. São Eles: sensoriomotor, preoperatório, operatório concreto e operatório formal.

Segundo Terra(2002) os estágios colocados por Piaget:

0 a 2 anos – Sensoriomotor: A criança desenvolve a inteligência individual, básica, mínima, se reconhece como ser humano. Não existe socialização, não existe reconhecimento de espaço etc.

2 a 7 anos: Preoperatório: prevalece o egocentrismo, contradição na fala, não possui autonomia. O que escuta do adulto é lei. E passa a imitá-lo.

7 a 12 anos: operatório concreto: Inicia a personalidade, as trocas onde já dialoga de forma sistematizada. O superdotado se parece com um adulto em miniatura.

Acima de 12 anos: estágio operatório formal: acontece a consolidação da personalidade, autonomia (a escola contribui com isso positivamente ou negativamente apresentando caminhos para isso, através de aulas reflexivas etc.)

Piaget entendia que o conhecimento ocorre através da “interação entre o organismo humano e o ambiente” e que é necessária esta “interação sujeito-ambiente para que a aprendizagem ocorra”. (p.16).

Kelman (2010) destaca que Piaget pretendia explicar a origem do conhecimento, por esta razão sua teoria recebeu o nome de Epistemologia Genética.

O sujeito participa na construção do próprio conhecimento, de forma ativa, crítica e criativa, sendo por isso denominado de sujeito epistêmico ou cognoscente. Para Piaget, as crianças constroem níveis de conhecimento sucessivamente mais elevados, lutando ativamente para dominar o ambiente. Nessa abordagem, o desenvolvimento comanda a aprendizagem. (Kelman 2010, p. 16)

De acordo com Terra (2002) na visão de Piaget junto com o desenvolvimento humano, temos ainda o desenvolvimento da moral, que segundo ele ocorre por etapas, de acordo com os estágios do desenvolvimento humano.

Toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras". Isso porque Piaget entende que nos jogos coletivos as relações interindividuais são regidas por normas que, apesar de herdadas culturalmente, podem ser modificadas consensualmente entre os jogadores, sendo que o dever de 'respeitá-las' implica a moral por envolver questões de justiça e honestidade. (Piaget 1977 apud LA TAILLE 1992:21 apud TERRA p. 06)

Terra (2002) destaca ainda que a moral na visão de Piaget desenvolve em:

3 fases: (a) **anomia** (crianças até 5 anos), em que a moral não se coloca, ou seja, as regras são seguidas, porém o indivíduo ainda não está mobilizado pelas relações bem x mal e sim pelo sentido de hábito, de dever; (b) **heteronomia**(crianças até 9, 10 anos de idade),em que a

moral é = a autoridade, ou seja, as regras não correspondem a um acordo mútuo firmado entre os jogadores, mas sim como algo imposto pela tradição e, portanto, imutável; (c) **autonomia**, corresponde ao último estágio do desenvolvimento da moral, em que há a legitimação das regras e a criança pensa a moral pela reciprocidade, quer seja o respeito a regras é entendido como decorrente de acordos mútuos entre os jogadores, sendo que cada um deles consegue conceber a si próprio como possível 'legislador' em regime de cooperação entre todos os membros do grupo. (p. 06)

Para Piaget (1977 - apud Terra, 2002) ter personalidade é ter submissão à cooperação e à universalidade, e ela não pode ser egocêntrica, mas sim voluntária, pois a socialização ocorre formalmente e informalmente. Elas promovem a cooperação (troca), autonomia (necessária ao indivíduo), compreensão e resolução de conflitos, aquisição de competências.

Neste processo destacamos a importância da ética, pois quando convivemos em sociedade, precisamos agir com respeito a igualdade, a liberdade, a diversidade e aos direitos humanos.

As estudiosas Saravali & Guimarães (2007) destacam que para Piaget (1976) a construção do conhecimento é o “resultado das interações do sujeito com o objeto de conhecimento” (p. 123).

Indagar se toda a informação cognitiva emana dos objetos e vem de fora informar o sujeito como o supunha o empirismo tradicional, ou se, pelo contrário, o sujeito está desde o início munido de estruturas endógenas que ele imporia aos objetos, conforme as diversas variedades de apriorismo ou de inatismo (Piaget, 1971 apud SARAVALI & GUIMARÃES 2007, p. 123).

Segundo estas autoras Piaget (1976) explica que a construção do conhecimento ocorre através do processo de equilibração:

Que consiste na passagem de estados de menor equilíbrio para estados de maior equilíbrio, qualitativamente diferentes. O desencadeamento desse processo ocorre por meio dos desequilíbrios que provocarão reequilibrações, representando o progresso no desenvolvimento do conhecimento. (p. 124).

Este é um processo complexo, e que ocorre o tempo todo conosco. Na visão de Piaget segundo Saravali & Guimarães (2007):

Uma vez que o sujeito busca se reequilibrar e superar o desequilíbrio, procurando, assim, uma equilibração majorante. Nesse sentido, o processo de equilibração independe dos fins almejados pela ação e pelo pensamento e faz com que o sujeito busque novas formas de equilíbrio. Estas, por sua vez, são alcançadas provisoriamente, pois surgem novos problemas, possibilitando ao sujeito construir sobre as formas já existentes. (p. 124)

Neste sentido Saravali & Guimarães (2007 p. 124) destacam que segundo Lima (1984 p. 35-36)

Não se ensina nada, inteiramente, novo: toda 'aprendizagem' é a modificação de uma estrutura já existente e, por sua vez, modifica a forma de perceber a experiência. Raro é o mestre que indaga o que o aluno já sabe para, sobre esta subestrutura, propor a nova aprendizagem. Nada se aprende a partir da estaca zero!

Enfim, para Piaget a experiência é extremamente importante para a construção continua do conhecimento.

Piaget (1971) destacou o papel da experiência para a construção do conhecimento como estando relacionado ao desencadeamento do processo de equilibração, quando afirma: "o papel da experiência não consiste, em uma primeira fase, senão em desmentir as previsões muito simples fundadas em operações de que dispunha o sujeito e o forçar a procurar previsões mais adequadas" (p.85). (SARAVALI & GUIMARÃES 2007 p. 126)

Em relação a dificuldade de aprendizagem a contemporânea de Piaget, Ramozzi-Chiarottino (1994, apud SARAVALI & GUIMARÃES 2007, p. 129) destaca que:

Depois de vários anos de observação do comportamento da criança em situação natural, chegamos à conclusão de que os distúrbios de aprendizagem são determinados por deficiências no aspecto endógeno do processo da cognição e de que a natureza de tais deficiências depende do meio no qual a criança vive e de suas possibilidades de ação neste meio, ou seja, depende das trocas do organismo com o meio, num período crítico de zero a sete anos.

Esta construtivista desenvolve estudos nesta área e apresenta características e problemas específicos dos alunos que possuem Dificuldade aprendizagem

Ramozzi-Chiarottino (1994) apresenta formas de intervenção conforme as características dos problemas apresentados pelas crianças. Essas intervenções baseiam-se em: construção de esquemas motores e ação/reflexão sobre o meio, observação e experimentação sobre a natureza, construção de representação e construção de estruturas do pensamento. (SARAVALI & GUIMARÃES 2007 p. 130)

As autoras Saravali& Guimarães (2007 p. 131) destacam que pesquisas que utilizam estes esquemas apresentaram resultados positivos.

Apontam que alunos com queixa de dificuldade de aprendizagem, quando têm a oportunidade de interagir com um meio profícuo e solicitador, que os auxilie na construção de suas estruturas da inteligência, apresentam significativa melhora em seu desempenho escolar. Esse meio, que é profícuo e solicitador, caracteriza-se pela elaboração de atividades, pela utilização de jogos e pela criação de situações de trocas e cooperação que provocavam a ação e a construção do conhecimento por parte dos sujeitos.

É um exemplo desse tipo de trabalho aqueles sugerido por no Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, onde os professores precisam investigar porquê seus alunos não estão aprendendo. Para isso faz o diagnóstico dos alunos e o dividem em níveis silábicos, todas as atividades desenvolvidas pelo docente são baseados nesta informação.

Seguindo as colocações de Saravali& Guimarães (2007 p. 131) quando docentes possuem alunos com DA, necessitam:

Estar atentos ao que está ocorrendo com seus alunos. Portanto, é preciso investigar por que as crianças não aprendem, mas, sobretudo, é preciso saber quais são os meios de que a escola pode se valer para minimizar as condições de fracasso que são impostas a esses alunos. Assim, é sempre bom refletir sobre as razões que levam a escola ao encaminhamento, em comparação com as intervenções que conseguem resultados positivos em situações de pesquisa. Qual o papel dos profissionais que lidam diretamente com essas crianças? Como eles vêem essas questões e quais as formas de intervenção que julgam necessárias e importantes de serem feitas?

Portanto os estudos de Piaget contribuem significativamente para o enfrentamento da dificuldade aprendizagem, que tanto assola aluno, pais e professores.

2. Agressividade

De acordo com Gibin (2012), para Vygotsky o homem é um ser social e as condições sócio-culturais o transformam profundamente, desenvolvendo novos comportamentos positivos ou negativos. O negativo pode ser a agressividade. Por exemplo, a criança tende a imitar os modelos que vêem, assim se possui pais, familiares agressivos, elas também tendem a ter um comportamento agressivo.

Segundo Gibin (2012) na visão de Vygotsky “a aprendizagem é produto de ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças”, a linguagem é fundamental para o desenvolvimento do sujeito, no momento em que interage com o adulto é que passa a conhecer seus limites. Por isso é importante que o adulto ou o professor dê limites claros à criança, “ensinar-lhes a se colocar no lugar do outro, para que possamos controlar melhor as situações de agressividade e fazê-las lidar melhor com as suas emoções” (p. 14). Na prática percebemos que as crianças agressivas precisam de comandos definidos, no momento dos enfrentamentos, o adulto ou o professor precisa estabelecer os limites.

De acordo com Arlindo (2006 p. 3078) não existem crianças agressivas. E justifica citando o autor Locatelli:

Segundo Locatelli (2002) agressividade não é traço de personalidade, é uma força instintiva inata, a criança uma vez que não completou seu amadurecimento moral e intelectual, ou seja, ela não tem recursos próprios para se relacionar como mundo. Assim, nas crianças se percebe as características essenciais e instintivas do ser humano como a agressividade, porém é individual de cada uma como e quando ela se manifesta.

Locatelli (2002) citada por Arlindo (2006) mostra algumas das causas que provoca agressividade passageira nas crianças:

Existem, obviamente, situações nas quais é normal que, por um curto período, a criança apresente comportamentos mais agressivos, como nos casos de separação dos pais, com a chegada de um irmãozinho, a presença de pessoas novas morando na casa, como avós, primos, tios, etc. Pequenas brigas entre irmãos, amiguinhos e colegas também não devem ser motivo de preocupação. (LOCATELLI, 2002, p. 17 apud ARLINDO 2006 p. 3079).

De acordo com Arlindo (2006 p. 3079) outros fatores que levam a agressividade:

A falta de limites onde tudo é permissivo contribui para a agressividade. Assim a criança desenvolverá um déficit frente a capacidade de tolerar frustrações, a falta de objetos que não podem ter ou atenção de alguém em determinado momento. Ela agride para conseguir o que quer das pessoas manipulando. É necessário que isso seja identificado e trabalhado ainda cedo, pois a criança no seu desenvolvimento pode desenvolver atitudes erradas, muito difíceis de reparar-se futuramente.

Por isso é importante que família e professor saibam identificar quando a criança está desenvolvendo comportamentos agressivos e outros como roubo por exemplo, e intervir imediatamente, mostrando o correto.

É evidente que a educação praticada em casa pelos pais tem que impor regras e limites e desenvolver valores éticos. Mas, muitas vezes não é isso que acontece, os pais com suas longas jornadas de trabalho não tem tempo para os filhos, conseqüentemente não os acompanham. Muitas crianças focam tempo integral na escola, sozinhas ou na companhia de televisão. Outro aspecto são os pais estressados, intolerantes, sem autoridade, agressivos, contribuem para uma má conduta. Com toda a desestrutura familiar, pode-se dizer que a criança passa a ter um comportamento de acordo com o que está vivenciando.

Neste sentido, mais uma vez percebemos a importância da família na vida da criança, pois ela precisa de atenção, receber valores éticos, enfim se sentir importante para os pais. Televisão, brinquedos, não é atenção.

Capítulo III

3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Carvalho (2000 p.3) “o conhecimento científico se caracteriza também como uma procura das possíveis causas de um acontecimento”. Em Cavalcante/GO existe o problema da dificuldade de aprendizagem e da agressividade em sala de aula, diante disso, busca-se maior entendimento e possíveis atitudes pedagógicas que venham a amenizar esse problema.

Neste trabalho utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa que, segundo Godoy (1995) “representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”. (p. 21). Para autora, na pesquisa documental utilizam-se registros estatísticos, livros, artigos e documentos escritos ou não. Estes documentos devem contribuir para esclarecer determinado assunto, “normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto atenção especial. (p.22).

Para a pesquisa de campo é preciso estabelecer as técnicas a serem utilizadas, no nosso caso, utilizamos o questionário de Pesquisa, que segundo é Gil (1999, *apud* p.128CHAER (2011 et AL) é “a técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

O tipo de questionário a ser usado é o aberto, que é conceituado pelos autores Amaro (2005 et al) como sendo “aquele que utiliza questões de resposta aberta, e dá ao sujeito uma maior liberdade de resposta, podendo esta ser redigida pelo próprio” (p. 6).

Os sujeitos da pesquisa são gestores e professores da Escola Pública de Cavalcante GO.

3.3 Resultado e Discussões Teórica dos resultados

Os questionários de pesquisa foram aplicados em uma gestora escolar, três coordenadores pedagógicos e quatro professores da Escola pública de Cavalcante GO.

Questionário Gestor Escolar

Segundo a diretora da escola pesquisada, a escola possui 510 educandos, destes alunos, 15 apresentam Necessidades Educacionais Especiais e todos eles têm laudo médico. Os que não possuem o laudo, é porque os pais não possuem condições financeiras de ir à cidade com mais recursos hospitalares, para fazer consultas com especialistas. Alguns pais aguardam até 2 anos um atendimento com médico especialista. O processo de inclusão destes alunos “normalmente, tem o mesmo acesso que os demais, tendo uma profissional de AEE para atender no contra-turno”.

Discussão: Segundo a diretora, nem sempre o aluno com Necessidades Educacionais Especiais apresentam laudo médico, mas, nesta escola, recebem o atendimento especializado na sala de recurso. Procuramos o Conselho Municipal de Educação e passamos a informação para a presidente que respondeu que esta é uma situação de conhecimento deles e que providências já estão sendo tomadas. A Subsecretaria regional de Campos Belos GO, está se articulando e providenciando uma maneira de solucionar a situação dos laudos e, conseqüentemente, da assistência médica. A presidente disse ainda que na cidade existem 6 (seis) professoras com pós-graduação em psicopedagogia, mas que não receberam acesso de cargo, por esta razão, não atuam como especialistas. Essa situação foi também cobrada do Secretário de Educação. Por sua vez, o secretário alega que já repassou aos advogados da prefeitura e estão trabalhando no plano de carreira do magistério.

Questionada sobre as ações desenvolvidas que acolhem os alunos com NEE e seus familiares, a diretora respondeu que “nenhuma ação foi desenvolvida, uma vez que não há curso de capacitação para os professores e demais funcionários”.

Discussão: As questões de ordem burocráticas só encontram soluções mediante a vontade humana em desfazê-las. Percebe-se um jogo de empurra que acaba por abalar a estrutura institucional na efetivação do projeto de inclusão. Há sempre um preço a ser pago pela educação, quando os valores éticos e sociais não encontram espaço prioritário nos programas públicos. Em outras palavras, ainda não existe a consciência da verdadeira inclusão escolar. Antes de chegar dentro da sala de aula, primeiro devem ocorrer nas ações e conscientizações também fora da escola. Tais como campanhas de inclusão e vontade política.

Sobre como a escola prepara os alunos “normais” para acolher os “especiais” e quais as estratégias usadas pela escola nesse processo de inclusão? A gestora afirma que “Os coordenadores e professores, conversam de forma informal com os alunos e falam da necessidade dos coleguinhas ditos especiais”. A diretora cita um exemplo de

um aluno do EJA que possui deficiências múltiplas e que é acolhido por todos os colegas. Quanto às estratégias/ações de atenção em contextos inclusivos utilizados, a entrevistada apontou os seguintes itens: Identificar e localizar crianças que têm algum tipo de deficiência; Descrever como serão os critérios pelos quais as crianças vão ser avaliadas, identificadas e referidas em função de um diagnóstico; Ter atenção às características histórico-culturais da população a ser atendida; Proteger os direitos da criança deficiente e de seus pais garantindo esses direitos, por meio da confidencialidade de dados e o envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais. Assim, nota-se que existe uma preocupação com o aluno por parte da gestora da escola, mesmo inexistindo um trabalho conjunto e interativo entre as partes envolvidas, quais sejam: professor regente e professor da sala de recurso.

Questionário Professor

O primeiro questionamento queria saber quantos alunos da turma apresentam dificuldade de aprendizagem:

Professor 1: Afirma ter 4 (quatro) alunos

Professor 2; 3 e 4: Afirmam ter 3 (três) alunos

A questão dois pedia que os docentes apontassem ou quantificassem dificuldade apresentadas por estes alunos:

Professor 1: Diz que apresentam dificuldade de leitura e escrita

Professor 2: Indisciplina e agressividade

Professor 3: Dificuldade no processo de alfabetização

Professor 4: Dificuldade na Aquisição do Sistema escrito alfabético

O terceiro questionamento queria saber quantos destes alunos possuem sua Necessidade comprovada por laudo médico e qual o tipo:

Todas as professoras afirmam que os alunos não possuem laudo médico que comprovem a Necessidade Educacional Especial. A professora 3 destaca que possui um aluno com perda parcial de audição, mas não possui nenhum laudo na escola.

Comentário e Discussão Teórica: Todas as professoras têm, em suas salas, alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, mas nenhum possui laudo médico. Mesmo assim quando há professor especializado na sala de recurso, estes alunos recebem atendimento no contra turno. Porém essa situação é preocupante, pois o professor precisa saber o que está causando a dificuldade de

aprendizagem, se por causas neurológicas, emocionais ou externas (Clivati 2011 e Salvati 2011), pelas dislexias (disortografia; Discalculia e Dislexia) citadas por Castro (2011) e Coelho (2011p. 3). Para direcionar suas ações, como intervir em algo que desconhece. O médico só faz a receita de medicação, quando ele sabe de qual doença se trata. Como o professor precisa ser da mesma forma, ele precisa saber qual o diagnóstico para entender, buscar estratégias e recursos e saber como trabalhar as atividades que contribuam com o desenvolvimento cognitivo deste aluno.

O quarto questionamento buscou saber se estes alunos são agressivos com os colegas e com professor.

Professora 1: Diz que nenhum deles são agressivos.

Professora 2: Afirma que dos três alunos, apenas um é extremamente agressivo com ela e com os colegas, a avó afirma que em casa é semelhante. (Segundo a professora este aluno, mora com a mãe e os avôs maternos, o pai não é uma presença na vida dele).

Professora 3: Afirma que dos três alunos citados, dois apresentam comportamento agressivo. (Segundo a professora estes dois alunos vivem na casa dos avôs maternos)

Professora 4: Diz ter um que apresenta agressividade. (A Professora não sabe com quem vive. Os pais nunca apareceram na escola).

Comentário e Discussão Teórica: De acordo com as respostas, é possível apontar que a dificuldade de aprendizagem, às vezes, vem acompanhada por agressividade. Outro ponto que chama atenção é a falta de estrutura familiar destes alunos que vivem na casa dos avôs. Isso nos leva a desconfiar que existe a possibilidade desta criança não ter alguém como ponto de referência, ou seja, não existe aquele adulto que lhe estabeleça limites. Assim como coloca pela autora Arlindo (2006). A criança também pode estar convivendo com adultos que apresentam agressividade, e como é colocado por Vygotsky citado por Gibin (2012) “a aprendizagem é produto de ação dos adultos que fazem a mediação no processo de aprendizagem das crianças”, pode que esta mediação com um adulto que lhe transmita limites e valores não esteja ocorrendo. Pode ser que a criança esteja apenas imitando a realidade onde vive.

O quinto questionamento investiga, quais tipos de atividades diferenciadas as professoras trabalham com estes alunos e qual frequência.

Professora 1: Trabalha com jogos, historinhas e brincadeiras, pelo menos uma vez por semana.

Professora 2: Afirma trabalhar “as atividades do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, pois são dinâmicas. Trabalho muito com jogos de matemática e de linguagem”.

Professora 3: Afirma não realizar atividades diferenciadas com frequência, “mas realizo algumas atividades como jogos de alfabetização, uso do alfabeto móvel e atividades xerocadas voltadas para dificuldade desses alunos”.

Professora 4: Realiza atividades com jogos, cruzadinha, livros literários, pelo menos uma vez na semana.

Comentário e Discussão Teórica: Nota-se que, mesmo as professoras não possuindo formação específica para trabalhar com alunos com NEE, elas trabalham com atividade que associam alfabetização com letramento, ou seja, trabalham atividades vinculadas com a realidade dos alunos. Os jogos criam Zonas de Desenvolvimento Proximal indicadas por Vygotsky. Ao trabalhar jogos e brincadeiras, o professor permite que os alunos interajam uns com os outros. Isso promove uma troca de saberes entre eles, assim como defendido por Piaget e Vygostky. Os jogos levam as crianças a viverem situações reais que podem ocorrer no dia-a-dia. As brincadeiras e as histórias infantis proporcionam um ensino mais dinâmico e lúdico.

O sexto questionamento investigou com as professora regente tem planejado as aulas junto com a professora de recurso.

Todas as 4 (quatro) professora dizem que nunca fez planejamento junto com a professora de recurso.

A professora 1, destaca que desde agosto de 2015, a sala de recurso não está funcionando. A professora 2 diz que planeja as aulas sozinhas, e não sabe se a falha está em si mesma, ou nas duas. A professora 3, fala que além de não planejar junto com a professora de recurso, nunca houve reunião com a mesma.

Comentário: Seria interessante que as professoras, que não possuem formação específica para trabalhar com os alunos com NEE, construíssem um planejamento das aulas junto com o professor de recurso, este, por sua vez, poderia contribuir significativamente com os demais, pois é psicopedagoga poderia indicar um caminho menos arenoso a percorrer, dependendo da dificuldade de aluno.

O sétimo questionamento quis saber que tipos de ações a escola desenvolve em prol da inclusão dos alunos que apresentam NEE.

Professora 1: Nenhuma.

Professora 2: Apenas a educação inclusiva “que não vejo funcionar como deveria”.

Professora 3: “Adaptação da Escola com banheiros, rampas e corrimãos.

Professora 4: “Apenas melhorou a infraestrutura da escola, mas em relação ao ensino, não identifiquei nenhuma”.

Comentário: As respostas mostram que a inclusão escolar ainda não é uma realidade nesta escola. O que existe são professores trabalhando sozinhos, cada um com seu problema.

O oitavo questionamento investigou a atuação da Secretaria de Educação na oferta de cursos de capacitação para os professores.

Professor 1: A secretaria nunca ofertou cursos de capacitação em educação inclusiva.

Professor 2: “Se tem curso específico nesta área, não é do meu conhecimento”

Professor 3: “Não tenho conhecimento de nenhum curso oferecido pela secretaria de educação voltado para a educação inclusiva”.

Professora 4: “Que eu saiba nunca ofertou nenhum curso nesta área”

Comentário: A Secretaria Municipal de Educação não reconhece a importância da formação docente para trabalhar com alunos com NEE. O fato de deixar uma escola com 510 alunos sem professor de recursos desde agosto demonstra que este público não é uma prioridade.

O último questionamento pediu que as professoras dissessem como se sentem trabalhando com estes alunos.

Professora 1: Se sente insegura parcialmente, pois nunca recebeu formação para isso, “mas faço o que está ao meu alcance, pois a escola não oferece recursos”.

Professora 2: Se sente insegura parcialmente, “pois nunca fui capacitada para trabalhar com esse tipo de aluno”

Professora 3: Se sente insegura parcialmente, “porque é uma forma completamente diferente de aprender e ensinar e para tanto é preciso se colocar no lugar do outro para conhecer as necessidades desses alunos, principalmente como superá-las. Creio que para tanto seria essencial uma formação específica na Educação Inclusiva”.

Comentário: Nota-se que existe disposição por parte das professoras que se veem envolvidas na educação inclusiva, que há boa vontade e profissionalismo. Porém, essa disponibilidade de pessoal se esbarra na falta de vontade e atitude política para

que essas professoras possam ter acesso a cursos de capacitação. Não é desse admirar que esse cenário gere insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo deu por uma necessidade no nosso cotidiano escolar. As pesquisas realizadas nas bibliografias, na resolução nº 2e em campo contribuíram significativamente para nossa compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos especiais e por aqueles que apresentam sinais de Necessidades Educacionais Especiais.

Além das causas neurológicas, as dificuldades de aprendizagem podem acontecer ocasionadas, também, por fatores emocionais, sociais. É necessário que o docente tenha esse entendimento para transpor, de forma menos atribulada, os obstáculos que certamente aparecerão ao receber um aluno DA em sua sala de aula. Tendo os caminhos do entendimento, o professor poderá buscar caminhos que possam tornar o ritmo do aprendizado e da interação mais eficaz. Certamente não é uma solução, mas é um rumo em busca de melhores resultados que, apontariam para uma relação menos conflituosa na prática e interação de sala de aula. Vale lembrar do sentimento de frustração e incapacidade oriundo das práticas que não apresentam resultados para os alunos com dificuldades de aprendizado.

Lembrando que para Vygotsky (1991) aprendizagem é o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores etc, a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. E ela, a aprendizagem, é parte do desenvolvimento, enquanto a inteligência é uma competência e, dificuldade de aprendizagem não significa que a criança não seja inteligente (Clivatti, 2011). Essa noção aponta para o fato de que a aprendizagem tem a ver com oportunidade, ambiente e metodologias adequadas. Maciel (2013) destaca que quando a criança chega a escola já traz “toda uma experiência de vida e da língua, tanto oral que deve ser considerada como fundamental para que ela possa ser motivado a continuar a aprender”.

Por isso é importante que o docente tenha conhecimento de como se dá o processo da aprendizagem, assim saberá utilizar os conhecimentos prévios dos alunos, em prol dos novos conhecimentos e encontrar os meios para que o direito à aprender seja alcançado.

Na escola pesquisada, há indicações de que esses alunos estão mais integrados que propriamente incluídos. Esse fato decorre da falta de capacitação docente, dos gestores e demais funcionários. A disparidade entre alunos com deficiência física e outros que aparentam ser, mas não têm laudo, uma vez que na cidade não existem

especialistas que possam fornecer esses laudos. A família é carente e não tem condições financeiras para levar essa criança a um centro maior onde possa ser diagnosticada e tratada a contento. Como agravante, há o falta de atitude política do município. Por sua vez, a escola não mais dispõe da psicopedagoga que atendia os alunos no contra-turno. Não existe uma equipe multiprofissional que apoio a escola.

Por fim, a pesquisa indicou que, há casos em que existe uma possível ligação entre dificuldade de aprendizagem, agressividade, deficiência e estrutura familiar. E, considerando o cenário descrito na escola pesquisada, vê-se que este é um tema que carece de considerações mais aprofundadas e que, no caso específico da escola, requer uma consideração altamente política e de consciência pedagógica de imediato.

REFERÊNCIAS

ARLINDO, Jaqueline Martins. o professor diante da agressividade e falta de limites na sala de aula. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZTOw8QXHJSkJ:www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-277-TC.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso e 19 de outubro de 2015.

AMARO, Ana (ET AL). A arte de Fazer Questionários. Disponível em <[www.jcpaiva.net/getfile.php?cwd=ensino/cadeiras/metodol/...f...>](http://www.jcpaiva.net/getfile.php?cwd=ensino/cadeiras/metodol/...f...) Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

CARVALHO, Alex et al. Aprendendo Metodologia Científica. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000, pp. 11—69 Disponível em <http://www.ead.unb.br/moodle2013/pluginfile.php/79185/mod_resource/content/1/Metodologia%20Pesquisa.pdf> Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

Brasil. Ministério da Educação. Estratégias e Orientações para Educação de Alunos com Dificuldade Acentuadas de Aprendizagem Associadas as Condutas Típicas. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

CENCI, Adriane & COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Dificuldades de aprendizagem: reflexões a partir da teoria histórico-cultural. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1277/1076>> Acesso em 03 de setembro de 2015.

COELHO, Diana Tereso . Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia. Disponível em <www.ciec-uminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/.../Dislexia.pdf> Acesso em 08 de outubro de 2015.

CHAER, Galdino (ET AL). A técnica do questionário na pesquisa educacional. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/download/201/187>> Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. / Celeste Azulay Kelman [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. – Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p. : il. color. ; 23cm. Inclui bibliografia em cada capítulo. ISBN 978-85-230-1259-5. Disponível

em<http://issuu.com/ritanl/docs/livro_desenvolvimento_humano/1?e=5874662/14520187> Acesso em 01 de setembro de 2015.

DOMINGOS, Gláucia de Ávila. Dificuldades no Processo de Aprendizagem. Disponível em <www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0126.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2015.

FERNANDES , Tereza Liduina Grigório & VIANA, Tania Vicente. Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Disponível em<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/view/2051>> Acesso em 22 de outubro de 2015.

GIBIN. Deise Batista da Silva. Agressividade Infantil. Disponível em<www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T208147.pdf> Acesso em 23 de outubro de 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

MACIEL, Diva Albuquerque. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Aprender o código ou o sistema de escrita?. Disponível em<<http://www.ead.unb.br/moodle2013/mod/resource/view.php?id=178>> Acesso em 04 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, Vygotsky. Aprendizado e desenvolvimento: um processo Sócio-histórico. São Paulo: editora Scipione, 1995.

Programa Medicina e Saúde. Dificuldades De Aprendizagem Programa 1 Parte 1 e 2. Disponível em<<https://www.youtube.com/watch?v=bDkAduyZYis>> Acesso em 02 de setembro de 2015.

SARAVALI , Eliane Giachetto & GUIMARÃES, Karina Perez . Dificuldades de aprendizagem e conhecimento: um olhar à luz da teoria Piagetiana. Olhar de professor, Ponta Grossa, 10(2): 117-139, 2007. Disponível em <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>> Acesso em 07 de setembro de 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. Educ. vol.11 no.33 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006.<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>. Acesso em 27 de novembro de 2014.

TERRA, Márcia Regina. O desenvolvimento humano na teoria de Piaget. Doutoranda em Linguística Aplicada/IEL.2002 Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm#_ftn1> Acesso em 07 de setembro de 2015.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; MITJÁNS; Albertina Martínez. Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo. Linhas Críticas, v.12, n.22, p. 109-130, jan/jun 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Apêndices:

A- Questionário Professor



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Pesquisa realizada pela Pós- graduanda Gesselia Batista Dias Fernandes como requisito parcial de obtenção do título “Especialista em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar” pela Universidade de Brasília. Este trabalho traz como temática “**alunos com necessidades especiais que apresentam dificuldade de aprendizagem e agressividade: causas e possíveis soluções**” e objetiva compreender as causas que leva a dificuldade de aprendizagem e agressividade dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais de uma escola municipal pública da cidade de Cavalcante GO.

Questionário Professor

1. Quantos alunos sob sua responsabilidade apresentam dificuldade de aprendizagem?

2. Você pode apontar e/ou quantificar o(s) tipo(s) mais comum de dificuldade apresenta(s) por esses alunos?

3. Há, entre esses alunos, algum com necessidade especiais comprovada por laudo médico? Quantos e qual o tipo da necessidade especial?

4. Há, por parte desses alunos, atitudes de agressividade ou hostilidade com colega e/ou professores. Quantos?

5. Você faz uso de atividades diferenciadas para esses alunos com frequência? Que tipo de atividade?

6. Como são planejadas as suas aulas juntamente com a professora de recurso? Com que frequência acontecem as reuniões entre vocês?

7. Que tipos de ações a gestão de sua escola desenvolve em prol da inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais- NEE?

8. Em sua posição de docente atuante nos ideais educativos da inclusão, como você avalia a oferta e a eficácia dos cursos de Educação Inclusiva oferecidos pela Secretaria de Educação?

9. Considere a seguinte escala e responda como você se sente trabalhando com alunos de NEE. Justifique sua resposta

- 0 () = totalmente insegura
- 1 () = insegura parcialmente
- 2 () = indiferente (com ou sem alunos de NE)
- 3 () = confiante
- 4 () = extremamente confiante

B- Questionário Professor Gestor Escolar



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Pesquisa realizada pela Pós- graduanda Gesselia Batista Dias Fernandes como requisito parcial de obtenção do título “Especialista em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar” pela Universidade de Brasília. Este trabalho traz como temática “**alunos com necessidades especiais que apresentam dificuldade de aprendizagem e agressividade: causas e possíveis soluções**” e objetiva compreender as causas que leva a dificuldade de aprendizagem e agressividade dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais de uma escola municipal pública da cidade de Cavalcante GO.

Questionário Gestor Escolar

1- Quantos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais possuem nesta escola e qual a distribuição por turno?

2- Como tem sido o processo de inclusão dos alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais nesta escola?

3- Cite algumas das ações desenvolvidas que tem acolhido estes alunos e seus familiares dentro da escola.

4- Como a escola tem preparado os alunos “ditos normais” para acolher os especiais?

5- Quais estratégias/ações de atenção educacional em contextos inclusivos, a escola tem utilizado em seu trabalho pedagógico?

- Identificar e localizar crianças que têm algum tipo de deficiência.
- Avaliar suas necessidades educacionais e determinar quais programas podem ser de ajuda.
- Descrever como serão os critérios pelos quais as crianças vão ser avaliadas, identificadas e referidas em função de um diagnóstico.
- Ter atenção aos aspectos preconceituosos dos usos linguísticos cotidianos.
- Ter atenção às características histórico-culturais da população a ser atendida.
- Proteger os direitos da criança deficiente e de seus pais garantindo esses direitos, por meio da confidencialidade de dados e o envolvimento familiar nos planejamentos e decisões educacionais.

Fonte: MACIEL, Diva Alburquerque & BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar. Disponível em <<http://www.ead.unb.br/moodle2013/mod/resource/view.php?id=53973>> Acesso em 15 de agosto de 2015.

Anexos:

A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a), *Victora*

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “alunos com necessidades especiais que apresentam dificuldade de aprendizagem e agressividade: causas e possíveis soluções”. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário aberto.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como o questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (62) 99392522 ou no endereço eletrônico gesseliabatista@yahoo.com.br. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Gesseli Batista Dias Fernandes
Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor:
E-mail (opcional)